



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2013.0000782338**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0035416-43.2011.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A e são apelados ROSEMARY HERNANDES GARCIA GALANTE (JUSTIÇA GRATUITA), ROSANGELA HERNANDES GARCIA RODRIGUES (JUSTIÇA GRATUITA), SOLANGE CRISTINA HERNANDES GARCIA (JUSTIÇA GRATUITA), SIDICLEI HERNANDES GARCIA (JUSTIÇA GRATUITA) e ROBSON HERNANDES GARCIA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: DERAM PROVIMENTO AO APELO, VENCIDO O SEGUNDO JUIZ, QUE DECLARA VOTO., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO (Presidente) e DIMAS RUBENS FONSECA.

São Paulo, 17 de dezembro de 2013.

**Celso Pimentel**  
**relator**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 25.827

Apelação nº 0035416-43.2011.8.26.0196

5ª Vara Cível de Franca

Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Apelados: Rosemary Hernandes Garcia Galante e outros

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Ausente demonstração, em face da imprestabilidade da perícia, do nexo causal entre o acidente de trânsito em que se vitimou o pai dos autores e sua morte quase dois anos depois, por causas diversas, julga-se improcedente a demanda por indenização do seguro obrigatório.

Seguradora apela da respeitável sentença que a condenou ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Insiste na ausência de prova nexo entre o acidente e a morte dos pais dos autores dois anos depois do acidente e argumenta com doença preexistente. Busca a inversão do resultado ou a fixação do termo inicial da correção na data do ajuizamento e a redução da honorária de sucumbência ao patamar mínimo.

Vieram preparo e resposta.

É o relatório.

Vítima de acidente trânsito em 13 de junho de 2008, quando foi atropelado, o pai dos autores teve grave “quadro de traumatismo de crânio encefálico e politraumatismo” (fl. 95), com amputação do membro inferior direito (fl. 131), e alta hospitalar em 18



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de julho seguinte (fl. 291).

Ele morreu quase dois anos depois, em 18 de fevereiro de 2010, com sessenta e quatro anos de idade. A certidão dá como causa choque septicêmico, septicemia e pielonefrite aguda (fl. 26), após segunda internação em 12 de fevereiro de 2010, por sequela de acidente vascular cerebral e doença pulmonar obstrutiva crônica, nas palavras do médico que o atendeu (fl. 27), além de menção a *diabetes*, a hipertensão arterial sistêmica e a alcoolismo (fl. 155).

Entre o acidente e a morte não se estabelece relação de causa e efeito, como já o sugeria o decurso de tanto tempo.

Não se estabelece, porque tampouco se relacionam entre si politraumatismo e amputação de membro, de um lado, e AVC, *diabetes*, moléstia pulmonar, moléstia renal e septicemia, de outro.

Não se estabelece, porque o laudo pericial longe de está de convencer, nem custando assinalar que a perito de toda arte não se dá concluir com o argumento de autoridade, o dizer é porque é ou dizer não é porque não é, como se deu com a perícia (fls. 228/232).

Pior que o laudo, a lembrar da emenda e do soneto, é o complemento, que reafirma a anterior conclusão e de novo sem a mais tênue motivação (fl. 339).

É imprestável o laudo pericial, que não vincula juiz de nenhum grau, e, em consequência, não há demonstração do nexa



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

causal entre a morte e o acidente de trânsito, ônus insatisfeito pelos autores, aos quais tocava (CPC, art. 333, I).

Por isso, julga-se improcedente a demanda. Condenam-se os autores ao pagamento das custas e de honorários advocatícios de sucumbência de mil reais, ressalvados os efeitos da gratuidade (Lei 1.060/50, art. 12).

Pelas razões expostas, dá-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

APELAÇÃO Nº 0035416-43.2011.8.26.0196

COMARCA : FRANCA – 5ª VARA CÍVEL

APELANTE : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

APELADOS: ROSEMARY HERNANDES GARCIA GALANTE e outros

**DECLARAÇÃO DE VOTO DIVERGENTE nº 20074**

1 . Peço vênia ao E. Relator Celso Pimentel para discordar de seu voto 25.827, pelo qual dá provimento ao recurso da seguradora; pelo meu voto, nego provimento e confirmo a r. sentença.

2 . Com efeito, a conclusão pericial, embora seja de fundamental importância para o julgamento de feitos nos quais se discute relação de causalidade entre acidente e morte, não vincula o entendimento do magistrado, que mantém em seu poder de direção a decisão final, até porque, segundo antiga expressão, o juiz é o “peritus peritorum”.

3 . No caso sob exame, o perito médico foi extremamente conciso em sua conclusão, o que poderia levar ao entendimento de que não teria trazido elementos suficientes de convencimento, ao dizer que “*baseado nos documentos de interesse médico pericial anexados aos autos, é possível concluir que o quadro de incapacidade total do autor é consequência do acidente sofrido em 13.6.2008*” (fls. 131). Em cumprimento à determinação judicial de fls.336, veio aos autos nova manifestação pericial, a fls. 339, com esclarecimento nos seguintes termos: “*No meu entender a morte do autor foi contribuída por complicações das sequelas do acidente automobilístico sofrido pelo autor (acidente vascular cerebral pós traumatismo crânio encefálico e amputação do membro inferior direito*”.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

4 . E tal afirmação pericial encontra respaldo nos autos, pois como se vê, o atropelamento ocorreu em 13.6.2008, tendo a vítima sido internada na Santa Casa, com o quadro de traumatismo craniano e politraumastimo, ocasião em que ocorreu amputação de sua perna direita. Pouco tempo depois, em 11.9.2008, novamente veio a ser internado com broncopneumonia, fazendo-se menção ao antecedente acidente vascular cerebral. Assim, embora também sofresse de diabetes e de hipertensão, não se pode afastar a conclusão pericial de relação de causalidade entre o acidente e o falecimento ocorrido em 18.2.2010.

5 . Assim, renovada a vênua ao E. Relator, pelo meu voto, confirmo a r. sentença.

**MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO**

**Segundo Juiz**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	4	Acórdãos Eletrônicos	CELSO JOSE PIMENTEL	5A916D
5	6	Declarações de Votos	MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	5AC7BC

Para conferir o original acesse o site:

<http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgr/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 0035416-43.2011.8.26.0196 e o código de confirmação da tabela acima.